

A MATERNIDADE E AS MANIFESTAÇÕES DE OPRESSÃO DE GÊNERO PARA AS MULHERES

Laís Braga Costa (1); Marcel Jardim Amaral (2); Márcia Della Flora Cortes (3)

Instituto Federal Farroupilha. E-mail: lbc.biblio@gmail.com (1); Universidade Federal do Rio Grande. E-mail: amaral.marcel@yahoo.com (2); Instituto Federal Farroupilha. E-mail: marciadfc@yahoo.com.br (3)

Performatividades, Sexualidades e Invenções de Si

Resumo: A presente pesquisa qualitativa bibliográfica tem o intuito de abordar a romantização da maternidade. A mulher por motivos culturais, está exposta desde a infância a práticas que reforçam a naturalização da maternidade compulsória. A maternidade é uma forma de reafirmação de identidade feminina, e é retratada socialmente como a realização plena da mulher. A maternidade como realização é romantizada, logo, desconsidera o debate acerca das opressões vivenciadas pelas mulheres que, quando mães, se privam de atividades por serem pressionadas a dedicar tempo integralmente aos filhos, algo que não é cobrado dos homens pais. Da mesma forma, as mulheres que não tem filhos são cobradas e sofrem a pressão da maternidade compulsória.

Palavras-chave: Machismo, desigualdade de gênero, mulheres, maternidade compulsória.

Introdução

Pretende-se com a realização desta pesquisa abordar a questão da romantização da maternidade. Dentre os elementos que reafirmam uma performatividade feminina, encontra-se a maternidade, o que permite dizer que impõe-se, culturalmente, à mulher uma maternidade compulsória.

Por questões culturais, a mulher está exposta a partir de sua socialização a práticas performáticas de gênero que destacam a maternidade como sendo parte da identidade da mulher. A maternidade como realização é romantizada, logo, desconsidera o debate acerca das opressões vivenciadas pelas mulheres que, quando mães, se privam de atividades por serem pressionadas a dedicar tempo integralmente aos filhos, algo que não é cobrado dos homens pais. Da mesma forma, as mulheres que não tem filhos são cobradas e sofrem a pressão da maternidade compulsória

Ainda nos dias atuais se percebe que há uma expectativa sobre a mulher ideal como sendo mãe e esposa, ainda que esta acumule outras tarefas como profissional e estudante. Logo, a representação de mulher ainda é ligada à ocupação do espaço privado.

Metodologia

Tendo em vista a dimensão social que se pretendeu atingir com este estudo, utilizou-se a análise qualitativa que segundo Minayo (2001, p. 14) “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.” Com base em Gil (2002), quanto aos procedimentos técnicos classifica-se como uma pesquisa bibliográfica.

Análise e discussão

A independência da mulher, que remonta aos anos 60, trazida pelo movimento feminista, onde o gênero feminino procurou inserir-se no mercado de trabalho e estudar, a sua vida foi reconfigurada e o lado profissional passou a ter grande relevância para o seu sustento. Dessa forma, a mulher, que é mãe além de gerir uma vida, precisa também gerenciar a sua vida profissional acumulando tarefas, que muitas vezes acabam por desencadear, patologias físicas e psicológicas.

[...] pode-se frequentemente identificar sentimentos de dúvida e ambivalência no discurso espontâneo das mulheres contemporâneas quando se vêm envolvidas com as questões da maternidade. Muitas se culpam por não sentir ou não agir de acordo com os modelos valorizados na sociedade, com normas inconscientemente internalizadas que se reproduzem através das gerações, integram a subjetividade feminina e modelam papéis. Estas mulheres

podem se sentir assim por não amarem incondicionalmente seus filhos, sentirem raiva ou frustração pelo nascimento de uma criança, o que não corresponde àqueles ideais normativos internalizados. (TOURINHO, 2006, p. 5)

Da mesma forma que a mulher mãe sofre com pressões sociais, também ocorre com as mulheres que optam por não ter filhos uma espécie de exclusão social. A mulher que não tem filhos é vista como egoísta, menos feminina, incompleta, entre outros adjetivos. Nesse sentido, a percepção do grupo de mulheres da biblioteca que ainda não possuem filhos é que a sociedade impõe que o gênero feminino deve reproduzir, reduzindo o significado de sua vida principalmente a exercer a função de ser mãe.

Cabe ponderar que, as mulheres que não possuem filhos são oprimidas por não cumprirem aquilo que se entende como representação do ser mulher em uma sociedade. A maternidade compulsória às mulheres, está atrelada a concepção de heteronormatividade, pois, o papel da maternidade é imposto para mulheres, desde que associado a heteroafetividade. Para Souza e Carrieri (2010, p. 65)

[...] a heteronormatividade age no sentido de enquadrar todas as relações, mesmo aquelas inaceitáveis entre pessoas do mesmo sexo, em um binarismo de gênero que pretende organizar as práticas, os atos e desejos, fundamentando-se o modelo do casal heterossexual reprodutivo e seguindo-o.

De acordo com o exposto, é possível compreender que, em virtude de uma cultura que subjuga a atuação da mulher nos espaços que fogem do ambiente doméstico, a desigualdade de gênero ainda é presente de forma significativa, na sociedade contemporânea:

Notadamente ocorre uma desigualdade de gênero na divisão do trabalho. Uma grande proporção da ocupação feminina se concentra nos segmentos mais precários do mercado de trabalho, ou seja, no serviço doméstico, muitas vezes sem remuneração alguma por trabalharem para suas famílias (ZÁQUERA, 2016, p.41).

Em outras palavras, nota-se que em meio a tantos discursos que procuram desconstruir o machismo na sociedade, ainda se tem de forma muito clara o que seria a representação de mulher ideal, conforme observa Nogueira (2017):

E não é de se esquecer o marido, pois a mãe ideal é também a esposa ideal. Logo, em suas postagens na mídia social e em suas relações sociais, as mulheres reais imitam esses retratos da mídia e se mostram, com bebê na barriga ou no colo, também sensuais e cativantes, numa improvável e desumana disponibilidade sexual. Sua realidade como sujeitos humanos que vivem uma tripla jornada de trabalho que lhes tira o sono, a saúde e a alegria não é reconhecida. Quando mencionada é tachada como “egoísmo”, afundando a mulher-mãe num poço sem fim de culpa e vitimismo, ou raiva sufocada.

Com base no exposto, é possível dizer que a opressão de gênero atinge a mulher quando mãe ao cobrar que estas desempenhem um papel sobre-humano, dotado de uma conduta perfeita do que se considera a mãe ideal. Segundo Souza e Polivanov (2017, p. 8)

[...] a atual norma da maternidade pode englobar tanto elementos estéticos quanto comportamentais. Ser uma boa mãe implicaria, por um lado, manter-se vaidosa, recuperar a silhueta anterior à gravidez, cuidar da aparência e, por outro, ser paciente, ter bom-humor, estar animada e encantada com suas obrigações maternas.

Conforme explicita Butler (2003), não é justo que se imponha “ao corpo das mulheres a obrigação compulsória de reproduzir [...] o desejo de dar à luz resulta de práticas sociais que exigem e produzem esses desejos, para levar a efeito seus objetivos reprodutivos” (BUTLER, 2003, p.136). Nesse sentido, Matar e Diniz (2012) discute que:

a maternidade foi, e, em alguma medida, segue sendo, uma identidade forçada das mulheres já que, com frequência, não têm controle sobre seus corpos. Soma-se a isto o fato de que, ainda que haja uma mudança lenta em curso, no sentido de uma melhor e mais equilibrada divisão do trabalho doméstico entre homens e mulheres, as últimas ainda são as principais responsáveis pelo cuidado com os filhos, o que as mantém restritas à esfera doméstica, dependentes dos homens ou do Estado. (MATTAR; DINIZ, 2012, p.108)

De acordo com Souza e Polivanov (2017, p. 6-7) “performatizar o amor materno, a devoção aos filhos e o cuidado com a família seriam formas de construir-se e ser reconhecido como um sujeito feminino – classificando a maternidade como um dos atos performáticos mais representativos do mesmo.”

Observa-se, portanto, que há uma regulação do corpo e da vontade da mulher no que diz respeito à maternidade. Considerando que a cultura a qual estamos expostos espera da mulher a representação de mãe, esposa e dona de casa, entende-se regular o corpo da mulher e compreender que a maternidade é uma condição obrigatória de ser mulher é uma maneira de manter a ordem social onde se tem as mulheres ocupando espaços privados, e os homens espaços públicos.

Assim sendo, a mulher permanecendo no espaço do lar, sendo mãe e estando sujeita à crítica caso opte por não ter filhos ou por não dedicar inteiramente a vida aos filhos, permanece ocorrendo a exclusão da mulher nos espaços de tomada de decisão, ou seja, a mulher e suas pautas seguem invisibilizadas. Sendo assim, é próprio dos aparelhos ideológicos do Estado (Escola, Igreja, família) difundir a ideia da realização plena da mulher atrelada à maternidade.

Considerando a premissa de que a mulher realiza-se necessariamente tornando-se mãe, culturalmente se difunde que a maternidade é um momento mágico, divino, romântico, enfim, o ápice da felicidade feminina. Reafirma essa acepção Souza e Polivanov (2017, p. 3)

Da figura da Virgem Maria, passando por campanhas médicas no século XIX até o conteúdo de boa parte das revistas contemporâneas voltadas para o público feminino, a maternidade é tomada como aspecto essencial da vida das mulheres, regida pelos sentimentos de amor, devoção e cuidado. Tornar-se mãe é, nessa construção que podemos chamar de “hegemônica” da maternidade, sinônimo de realização, plenitude, e as ações maternas devem ter o bem-estar e a felicidade dos filhos como principais motivadores.

Nesse sentido, a romantização da maternidade impede que se discutam questões do cotidiano da mulher mãe, o que gera uma expectativa sobre maternagem que não corresponde à realidade na maioria das vezes. Logo, como consequência as questões reais da maternidade tornam-se um tabu o que reprime o gênero feminino de forma que as dificuldades vivenciadas pelas mães na gestação, puerpério não são discutidas socialmente.

A romantização da maternidade é uma forma de reproduzir a opressão de gênero, de acordo com Mattar e Diniz (2011, p.111) “faz-se necessário criar as condições para que a maternidade seja exercida em um contexto de direitos humanos, isto é, para que ela seja voluntária, segura, socialmente amparada e prazerosa, promovendo, assim, a igualdade de gênero.”

Contribui com a discussão Alvarenga (2006) ao afirmar que as identidades de gênero relacionam-se às formas como os sujeitos são posicionados e identificados histórica e socialmente como masculinos e femininos. Essas identidades também não são fixas e unificadas, sendo entendidas como múltiplas e provisórias, construídas na cultura pelos diversos discursos que as atravessam

Em se tratando de estudos de gênero há questões que estão arraigadas culturalmente e que reproduzem opressões para as mulheres, que são uma minoria política. A romantização da maternidade descaracteriza as mulheres, pois, se tem socialmente uma representação sobre ser mãe que é inatingível e que as pressiona a se enquadrarem em um padrão de comportamento.

Considerações finais

Observa-se que o fato de ser ou não mãe gera cobranças da sociedade. A mulher não é plenamente livre em suas escolhas. Logo, percebe-se que mesmo que se tenha avanços em determinados aspectos que dizem respeito à desigualdade de gênero, a condição de mulher ainda é uma barreira para a ascensão social. As mulheres, enquanto grupo social, constituem uma minoria política, que se mantém em determinados espaços preestabelecidos, dentre eles a função de mãe.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Luiz Fernando Calage. **Flores de plástico não morrem?:** educação, saúde e envelhecimento na perspectiva de gênero. 2006.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero:** feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MATTAR, Laura Davis; DINIZ, Carmen Simone Grilo. Hierarquias reprodutivas: maternidade e desigualdades no exercício de direitos humanos pelas mulheres. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 16, n. 40, 2012.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001.

NOGUEIRA, A. T. A maternidade real: gestação, parto e convivência sem romantização. **Psicologia dialética:** revisitando a psicologia e a vida real. 2017. Disponível em: <<http://www.psicologiadialetica.com/2017/07/a-maternidade-real-gestacao-parto-e.html>>. Acesso em: 15 jul. 2017.

SOUZA, Ana Luiza de Figueiredo; POLIVANOV, Beatriz Brandão. “Sabe o que Rola nessa Internet que Ninguém Fala?”: Rupturas de Performances Idealizadas da Maternidade no Facebook. **Intercom**, v. 10, p. 07, 2017. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2017/resumos/R12-0991-1.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2018.

SOUZA, Eloisio Moulin souza; CARRIERI, Alexandre de Pádua. A analítica queer e seu rompimento com a concepção binária de gênero. **Revista de Administração Mackenzie (Mackenzie Management Review)**, v. 11, n. 3, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ram/v11n3/a05v11n3>>. Acesso em: 04 fev. 2018

TOURINHO, J. G. A mãe perfeita: idealização e realidade: algumas reflexões sobre a maternidade. **IGT na rede**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 1-33, 2006.

ZÁQUERA, Marília de Fátima Bueno. **Meio Ambiente do Trabalho Doméstico:** divisão sexual do trabalho e desigualdade de gênero, uma leitura a partir da teoria de justiça de Nancy Fraser. 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ucs.br/handle/11338/1191f>>. Acesso em: 25 ago. 2017.